

**Instituto Federal de Educação, Ciência e  
Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS  
Campus Farroupilha  
Mestrado em Educação Básica**

**Ismael Carlos Cruz Feijó**



**Programa para Formação Continuada  
de Docentes da Educação Básica  
para uma Abordagem Crítica da  
Semana Farroupilha**



**Farroupilha-RS  
2026**

---

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

---

F297p Feijó, Ismael Carlos Cruz

Programa para Formação Continuada de Docentes da Educação Básica para uma Abordagem Crítica da Semana Farroupilha [recurso eletrônico] / Ismael Carlos Cruz Feijó, Daniela de Campos -- 1.ed.-- Farroupilha, RS: IFRS, 2026.

1 arquivo em PDF.

ISBN 978-65-5950-285-1

Produto educacional elaborado a partir da dissertação intitulada: *“Abordagem da semana farroupilha e a (in)visibilidade dos lanceiros negros na educação básica (anos iniciais)”*. (Mestrado Profissional em Educação Básica). - IFRS, *Campus Farroupilha*, RS, 2026.

1. Brasil - História - Guerra dos Farrapos, 1835-1845. 2. Educação infantil. 3. Antirracismo. 4. Professores - Formação. I. Campos, Daniela de. II. Título.

CDU: Ed. 2007 (online)

---

Catalogação na publicação: Aline Terra Silveira CRB10/1933



**Autor:** Ismael Carlos Cruz Feijó



Licenciado em História.  
Especialista na Educação Básica e Profissional. Mestre em Educação Básica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS.  
Educador Social (2014 - 2021).  
Professor da rede estadual do Rio Grande do Sul desde 2021.

**Orientadora:** Profa. Dra. Daniela de Campos



Licenciada, Mestre e Doutora em História. Professora do Programa de Pós-graduação em Educação Básica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS, *Campus Farroupilha*.



# DESCRIÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO EDUCACIONAL



**Autoria:** Ismael Carlos Cruz Feijó.

**Orientação:** Profa. Dra. Daniela de Campos.

**Público-alvo:** formadores de professores (coordenadores pedagógicos, formadores das redes de ensino, professores-formadores de instituições de Ensino Superior) que atuam na formação continuada de docentes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

**Categoria deste produto:** programa para formadores que atuam na formação continuada de professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

**Finalidade:** este programa tem por finalidade servir como instrumento de formação continuada para professores(as) dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em especial para o estado do Rio Grande do Sul.

**Disponibilidade:** irrestrita, mantendo-se o respeito à autoria do produto, não sendo permitido uso comercial por terceiros.

**Processo de validação:** mediante banca de defesa do trabalho final.

**Idioma:** português.

**Cidade:** Farroupilha-RS.

**Ano:** 2026.

**Origem do produto:** produto elaborado a partir do projeto de pesquisa intitulado "A Abordagem da Semana Farroupilha e a (In)visibilidade dos Lanceiros Negros nos Anos Iniciais", desenvolvido no Mestrado Profissional em Educação Básica – do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.

**Diagramação/Ilustração:** Ateliê do Texto.



# SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO.....	6
1.1	Para quem é este programa?.....	10
1.2	Proposta de Aplicação: uma estrutura em dois eixos articulados.....	11
2	FUNDAMENTAÇÃO HISTÓRICA E TEÓRICA.....	12
2.1	Contexto histórico.....	13
2.1.1	Texto 1.....	13
2.2	Fundamentos teórico-legais.....	19
2.2.1	Texto 2.....	19
2.2.2	Texto 3.....	22
3	PROPOSTA FORMATIVA PRÁTICA.....	27
3.1	1º Encontro: Da Comemoração à Crítica Histórica da Guerra dos Farrapos.....	29
3.2	2º Encontro: Da Teoria à Sala de Aula: Planejando Ações Pedagógicas para uma Nova Narrativa.....	34
3.2.1	Texto 4.....	36
	REFERÊNCIAS.....	41
	APÊNDICE A – TEXTOS PROPOSTOS PARA A FORMAÇÃO.....	44
	APÊNDICE B – MATERIAIS DIGITAIS DE APOIO – LEGISLAÇÃO E VÍDEOS.....	53



# 1 APRESENTAÇÃO



Fonte: Zorne (2025)





Este programa é um produto educacional resultado da pesquisa "A Abordagem da Semana Farroupilha e a (In)visibilidade dos Lanceiros Negros na Educação Básica (Anos Iniciais)". Sua proposta é ser uma ferramenta prática para educadores que desejam superar a abordagem folclórica, adotando um olhar crítico e antirracista sobre a Guerra dos Farrapos, com o objetivo de:

1. problematizar a abordagem folclórica e mitológica da Semana Farroupilha predominante nas escolas;
2. fornecer fundamentação histórica e teórica para uma compreensão crítica da Guerra dos Farrapos, destacando suas contradições e o protagonismo negro;
3. oferecer um plano formativo prático para a construção de práticas pedagógicas alinhadas à Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) e ao cumprimento das Leis n.º 10.639/03 e n.º 11.645/08;
4. colaborar para a descolonização dos currículos e para uma educação antirracista.

A partir de pesquisa desenvolvida, que contemplou entrevistas com professoras de uma Escola Estadual de Ensino Fundamental de Caxias do Sul/RS e a observação das atividades realizadas na Semana Farroupilha, percebeu-se que o tema é tratado de forma predominantemente folclórica. As leis estaduais que oficializam as datas do Dia do Gaúcho e da Semana Farroupilha (Leis n.º 8.019/85, n.º 8.715/88, n.º 9.405/91, Decreto n.º 36.180/95 e Lei n.º 15.950/23) solidificam uma narrativa heroica que invisibiliza o protagonismo negro. Além disso, minhas



experiências como discente e hoje como docente que recebe os alunos nos anos finais ressalta o fato.


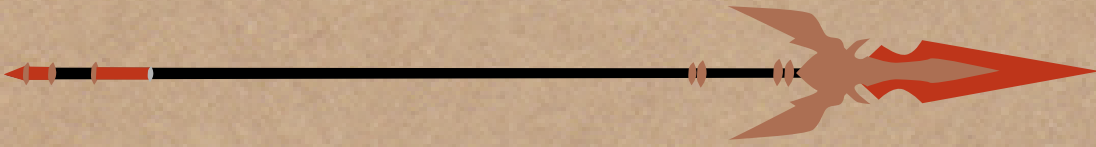
Nesse sentido, as Matrizes de Referência<sup>[1]</sup> do estado do Rio Grande do Sul reforçam esta abordagem, principalmente nas habilidades para temas transversais, conforme o quadro a seguir:

Quadro 1 – Recortes Matrizes de Referência 2024-RS

Ano	Componente	Habilidades	Habilidades para temas transversais
1º	Geografia	–	Conhecer jogos e brincadeiras que fazem parte da cultura sul-rio-grandense (Semana Farroupilha).
2º	Língua Portuguesa	–	Conhecer lendas e personagens do folclore sul-rio-grandense (Semana Farroupilha).
3º	Arte	–	Conhecer e interpretar lendas e personagens do folclore sul-rio-grandense (Semana Farroupilha).
4º	História	(EF04HI10RS-3) Identificar a contribuição dos africanos para a formação da sociedade local, para a economia e a cultura do Rio Grande do Sul nos séculos XVIII, XIX, XX e XXI	–
5º	Educação Física	–	Pesquisar e experimentar danças tradicionais gaúchas (Semana Farroupilha).

Fonte: elaboração própria (2024).

[1] As Matrizes de Referência para o Ensino Fundamental e Médio são documentos fundamentais que delineiam as habilidades cruciais a serem desenvolvidas em cada ano e etapa ao longo do ano letivo, no caso em foco de 2024, na rede estadual.



Aqui foram citados apenas alguns exemplos, habilidades semelhantes passam por todos os anos e componentes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, nas escolas do Rio Grande do Sul, e, na maioria das vezes, concentram-se em torno do folclore, mas, como podemos observar, o componente curricular da História também abre margem para uma visão mais crítica, vide no Quadro 1 - Recortes Matrizes de Referência 2024, 4º ano. Nesse sentido, somado à escassez de material e à falta de formação docente específica sobre o período, consolidava-se um ciclo de invisibilização dos Lanceiros Negros que nossa pesquisa de campo comprovou: a abordagem predominante nas escolas é folclórica e distante do conhecimento histórico científico.

Este programa se firma nos pilares da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) e nas Leis n.º 10.639/03 e n.º 11.645/08 para oferecer um caminho de ressignificação das práticas pedagógicas, alinhando-as a um compromisso ético com uma educação verdadeiramente inclusiva.

Outrossim, partimos do pressuposto de que a educação não é neutra. Ela pode perpetuar silêncios ou rompê-los. Ignorar os Lanceiros Negros e a elite escravocrata farroupilha não é mais uma opção pedagógica, mas uma violação de nosso dever social e legal. Este programa propõe-se a ser uma ferramenta para efetivar na prática as Diretrizes da ERER e das leis que as pautam. É nossa contribuição para uma Educação Básica que não apenas inclua, mas que liberte, formando cidadãos críticos para a construção de uma sociedade antirracista. Esperamos que este produto atinja seu objetivo de fomentar o olhar crítico sobre a temática, especialmente entre os profissionais que atuam nos anos iniciais.



## 1.1 Para quem é este programa?



Este programa foi concebido como ferramenta formativa para formadores que desejam promover reflexões críticas sobre o ensino da Semana Farroupilha. Seu uso principal é em encontros de formação continuada, sendo dirigido a:

### 1. PROFISSIONAIS DA FORMAÇÃO DOCENTE:

- ▶ coordenadores pedagógicos que organizam formações;
- ▶ formadores de professores das redes municipais e estaduais;
- ▶ orientadores de estudos;
- ▶ professores-formadores de instituições de Ensino Superior.

### 2. EDUCADORES EM PROCESSO FORMATIVO:

- ▶ professores dos Anos Iniciais que participam de formações;
- ▶ docentes que atuam como multiplicadores em suas escolas;
- ▶ educadores comprometidos com práticas antirracistas.

Este programa não se destina ao uso direto em sala de aula com alunos, mas sim à preparação de professores para que reconstruam suas práticas a partir de uma perspectiva crítica e histórica.



## 1.2 Proposta de Aplicação: uma estrutura em dois eixos articulados



Este programa organiza-se em dois eixos pedagógicos complementares, refletindo a dupla dimensão necessária à formação docente crítica:

### EIXO 1: FUNDAMENTAÇÃO

Oferece a base conceitual e histórica para desconstruir a narrativa hegemônica sobre a Semana Farroupilha, apresentando:

- . Contexto Histórico abordado criticamente.
- . Fundamentos Teórico-Legais que embasam uma prática antirracista.

### EIXO 2: FORMAÇÃO PRÁTICA

Apresenta o caminho metodológico para operacionalizar essa fundamentação em encontros formativos, com:

- . Primeiro Encontro (cerca de 3h): desnaturalização das representações.
- . Segundo Encontro (cerca de 4h): construção de alternativas pedagógicas.

Racionalidade da estrutura: reconhece que a mudança prática exige tanto compreensão crítica (Eixo 1) quanto instrumentalização concreta (Eixo 2). Os formadores podem utilizar os eixos de forma integrada ou modular, conforme seus contextos específicos.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO HISTÓRICA E TEÓRICA



Fonte: Machado [20--?]





## 2.1 Contexto histórico



### 2.1.1 Texto 1

Para iniciar esta imersão crítica, o primeiro texto apresentado — "Contexto Histórico: a Guerra dos Farrapos para além dos Mitos" — cumpre o papel de desestabilizar a narrativa tradicional. Ele trata de resumir o conflito, bem como o reposiciona historicamente: um movimento de elite inserido no contexto das Revoltas Regenciais, escravocrata em sua essência e marcado por uma promessa de liberdade aos negros que foi brutalmente traída no Massacre de Porongos. A leitura deste material é fundamental para que o formador e os docentes compreendam o abismo entre o mito celebrado nas escolas e o fato histórico documentado.





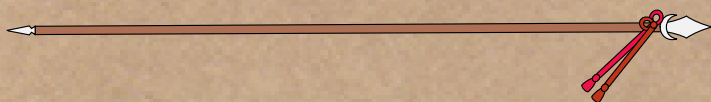
## CONTEXTO HISTÓRICO: A GUERRA DOS FARRAPOS PARA ALÉM DOS MITOS

Ismael Feijó

A Guerra dos Farrapos (1835-1845) é entendida, pela historiografia crítica, como um movimento da elite branca, patriarcal, escravocrata e fundiária gaúcha para manter seus privilégios, contestando a alta tributação do charque para aumentar seus lucros (Silva, 2010). Não foi um evento isolado e insere-se no turbulento período das Regências (1831-1840), durante o Segundo Reinado. Com a abdicação de D. Pedro I, seu filho e sucessor, D. Pedro II, não podia assumir o trono, pois era menor de idade, assim, o Brasil passou a ser governado por regentes. Esse foi um momento de fragilidade do poder central e de forte tensão política, marcado por diversas revoltas e conflitos regionais em diferentes províncias, como a Cabanagem (Pará), a Sabinada (Bahia), a Balaiada (Maranhão) e a própria Farroupilha no Rio Grande do Sul.

É preciso, no entanto, diferenciar "revolta" de "revolução". Enquanto uma revolução busca uma transformação profunda e estrutural da sociedade, a Guerra dos Farrapos foi um movimento de protesto contra o governo central, motivado por questões locais específicas – como impostos e autonomia política – e liderado por uma elite regional que, embora contestasse o poder imperial, não tinha um projeto de ruptura do sistema social vigente (Silva, 2010), mantendo, por exemplo, a estrutura escravocrata que sustentava sua economia.



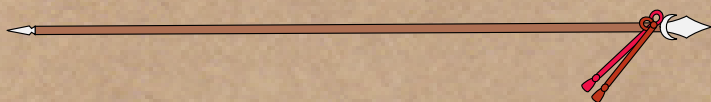


Nesse contexto, a Guerra dos Farrapos caracteriza-se justamente como uma grande revolta da elite gaúcha contra as políticas fiscais do Império, e não como uma revolução popular ou emancipatória. Como mencionado, o movimento manteve intactas as bases sociais e econômicas da região, cuja dependência da escravidão nas charqueadas é amplamente documentada (Assumpção, 2009), assim como sua presença fundamental nas atividades pastoris (Maestri, 2000). Portanto, ao situar o conflito dentre as Revoltas Regenciais, compreende-se melhor seu caráter: foi uma disputa pelo poder dentro da ordem estabelecida, cuja elite farroupilha buscava garantir seus privilégios econômicos (como a menor tributação do charque) e maior autonomia política, sem qualquer intenção de alterar a estrutura social desigual e escravista que a beneficiava (Silva, 2010).

A versão simplificada e heroica da história é ensinada, reforçada e reproduzida todos os anos nas escolas. As Matrizes de Referência dos Anos Iniciais do RS orientam o trabalho para lendas, danças e folclore com raras menções à relação do povo negro com a história do estado. A lei da Semana Farroupilha, ao homenagear "heróis farrapos" sem os identificar, abre espaço para que mitos se fortaleçam e sejam tomados como fato histórico. Enquanto os líderes brancos buscavam por privilégios econômicos e políticos, os negros escravizados lutavam pelo direito fundamental à liberdade. Essa distinção crucial é invisibilizada quando a narrativa se resume a feitos heroicos.

Por falta de conhecimento, credibilidade nas lendas ou bairrismo, muitos docentes acabam perpetuando uma narrativa errônea e, em boa parte, contestada pela historiografia mais recente, centrada em grandes líderes e feitos heroicos que mascaram a realidade. Os ditos "heróis" da elite farroupilha hoje dão nomes a ruas, praças e cidades, são imortalizados em monumentos, bustos e estátuas, enquanto os Lanceiros Negros permanecem sem um lugar de destaque na memória oficial.



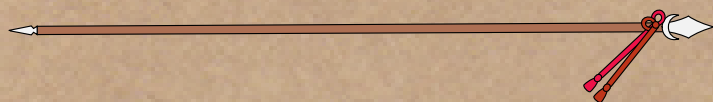


O Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) e seus Centros de Tradições Gaúchas (CTGs), embora desempenhem papel relevante na preservação de aspectos culturais, participam da construção da memória oficial institucional ao difundir uma narrativa romantizada e descontextualizada da Guerra dos Farrapos, que encontra sua fonte primordial na obra *História da Grande Revolução*, de Alfredo Varela. Sua abordagem folclórica e celebratória tende a apagar as contradições históricas, como a escravidão e o Massacre de Porongos, consolidando uma memória seletiva que serve mais a propósitos identitários atuais do que à compreensão crítica do passado. Contudo cabe à escola, como destaca Saviani (2021), a incumbência de propiciar o acesso ao conhecimento sistematizado.

O ponto crucial ofuscado por essa narrativa é a participação dos afrodescendentes, sendo que estes compunham a mão de obra escravizada, ou seja, a base da economia do charque, e muitos escravizados foram cooptados para lutar ao lado dos Farrapos com a promessa de liberdade. Esse grupo, conhecido como Lanceiros Negros, teve essa promessa quebrada. No episódio conhecido como Massacre de Porongos, ocorrido em 14 de novembro de 1844, na localidade de Porongos (atual cidade de Pinheiro Machado, RS), os Lanceiros Negros foram entregues desarmados ao Exército Imperial e deixados à própria sorte, resultando em sua morte ou reescravização – episódio que deve ser analisado no contexto mais amplo das agitações e do controle da população escravizada na província (Maestri, 2014).

Este é o fato histórico que a abordagem folclórica e mitológica, ensinada, reforçada e reproduzida anualmente, insiste em silenciar: a trajetória de homens negros seduzidos pela promessa de liberdade – uma causa profundamente digna – em oposição à luta da elite gaúcha pela manutenção e ampliação de seus privilégios econômicos.





Usados como “bucha de canhão”, os Lanceiros Negros formavam a linha de frente, enfrentando, com lanças, homens com armas de fogo. Enquanto suportavam o grosso do ataque inimigo, a tropa principal da elite gaúcha aguardava o momento que o Exército Imperial, após disparar, precisasse recarregar suas armas para, só então, avançar. Quando o acordo de paz, assinado em 1845, no Tratado de Ponche Verde<sup>[2]</sup> foi possível, os interesses da elite foram atendidos – a questão dos impostos, reivindicação central, foi resolvida –, mas a promessa de liberdade que sustentara a bravura dos Lanceiros foi simplesmente esquecida e traída no Massacre de Porongos. As bandeiras republicana e abolicionista, eventualmente levantadas durante o conflito, foram abandonadas no acordo, que garantiu anistia e cargos aos líderes farroupilhas, todavia manteve intactas a escravidão e a monarquia, confirmando o caráter conservador e excludente do movimento (Silva, 2010).

Nesse cenário é crucial lembrar que, no período, a escravidão era essencial tanto para os farrapos como para a estrutura do Império brasileiro como um todo. Portanto, romper com esse silêncio não é somente um acerto de contas com o passado; é um compromisso ético com uma educação que, finalmente, reconheça a dignidade e o protagonismo desses homens na história que buscamos contar.

## REFERÊNCIAS

ASSUMPÇÃO, Jorge Euzébio. **Pelotas: escravidão e charqueadas (1780-1888)**. Joinville: Clube de Autores, 2009.

---

[2] O Tratado de Ponche Verde (1845) – nome que remete às “verdes campinas” da região de Dom Pedrito/RS – encerrou a Guerra dos Farrapos, garantindo privilégios à elite farroupilha, mas descumprindo a promessa de liberdade aos Lanceiros Negros (Da Silva, 2010).





MAESTRI, Mário. O gaúcho negro: o cativo e a fazenda pastoril. In: X CONGRESSO INTERNACIONAL-ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE ESTUDOS AFRICANOS E ASIÁTICOS, 2000. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ALADAA. 2000.

MAESTRI, Mário. **Pampa Negro-Agitações, Insubordinações e Conspirações Servis no Rio Grande do Sul, 1803-1850**. Porto Alegre: Edição & Revisão, 2014.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 8.715, de 18 de setembro de 1988. Institui a "Semana Farroupilha" no Estado do Rio Grande do Sul. **Diário Oficial do Estado**, Porto Alegre, 19 set. 1988.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. Campinas: Autores Associados, 2021.

SILVA, Juremir Machado da. **História regional da infâmia: o destino dos negros farrapos e outras iniquidades brasileiras**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2010.

VARELA, Alfredo. **História da Grande Revolução**. Porto Alegre: Globo, 1933-1985. 6vv.





## 2.2 Fundamentos teórico-legais



### 2.2.1 Texto 2






Se o texto anterior tratou da história em si, este segundo texto – "A Oficialização da Semana Farroupilha: a Trajetória Legislativa" – analisa como o Estado, a partir da década de 1980, institucionalizou uma memória específica sobre o conflito, construindo um arcabouço legal que ancora a narrativa heroica até os dias de hoje. Ao longo da leitura, o formador encontra um panorama das principais leis que, desde 1985, solidificaram essa versão no calendário oficial gaúcho. Compreender essa trajetória legislativa é essencial para que os professores percebam que a abordagem folclórica não é fruto do acaso, mas de uma construção política que influencia diretamente as matrizes curriculares e a cultura escolar.

### **A OFICIALIZAÇÃO DA SEMANA FARROUPILHA: A TRAJETÓRIA LEGISLATIVA**

A construção da memória oficial em torno da Guerra dos Farrapos não foi um processo espontâneo, e sim institucionalizado por um conjunto de leis estaduais que, no decurso de décadas, solidificaram uma versão específica e comemorativa dos eventos. Este arcabouço legal é fundamental para entender o ambiente educacional que a pesquisa identificou. Dessa forma, desde 1985, temos um conjunto de leis que trata do tema, conforme segue:





-  Lei n.º 8.019/1985: instituiu o "Dia do Gaúcho", originalmente em 20 de abril, data da primeira Assembleia Provincial Constituinte de 1835. Esta lei já associava a identidade gaúcha ao legado farroupilha (Rio Grande do Sul, 1985).
-  Lei n.º 8.715/1988: oficializou a "Semana Farroupilha", estabelecendo as comemorações de 14 a 20 de setembro em homenagem aos "heróis farrapos". Este período engloba datas-chave do conflito, centralizando as celebrações no mês de setembro (Rio Grande do Sul, 1988).
-  Lei n.º 9.405/1991: implementou uma mudança significativa ao transferir o "Dia do Gaúcho" para 20 de setembro, data do início da Guerra dos Farrapos. Esta alteração fundiu indissociavelmente a identidade regional com o episódio bélico, reforçando seu caráter fundacional (Rio Grande do Sul, 1991).
-  Decreto n.º 36.180/1995: declarou o 20 de setembro como a Data Magna do Estado do Rio Grande do Sul. Esse foi o passo definitivo para a sacralização cívica da data, regulamentando as comemorações oficiais e elevando a narrativa farroupilha a um patamar de incontestabilidade (Rio Grande do Sul, 1995).
-  Lei n.º 15.950/2023: atualizou e consolidou toda a legislação anterior, instituindo o Calendário Oficial de Eventos do Estado. Apesar de ser a lei mais recente, manteve a invisibilização do protagonismo negro e a complexidade contraditória do conflito, perpetuando uma visão mitológica (Rio Grande do Sul, 2023).

Esse conjunto legislativo elencado criou um ambiente institucional favorável à abordagem folclórica e acrítica. Ao oficializar uma versão heroica e unidimensional da história, essas normas legais (Rio Grande do Sul, 1985, 1988, 1991, 1995, 2023), além de orientarem as comemorações públicas, também, influenciaram diretamente a cultura escolar e as Matrizes Curriculares, que passaram a enfatizar os aspectos culturais e comemorativos em detrimento de uma análise histórica profunda. O





resultado, como demonstrado pela pesquisa, é que a Semana Farroupilha se tornou, na prática pedagógica, uma celebração de símbolos, e não um momento de reflexão crítica sobre a história.

### REFERÊNCIAS

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 8.019, de 27 de dezembro de 1985. Institui o "Dia do Gaúcho" e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, Porto Alegre, RS, 28 dez. 1985.

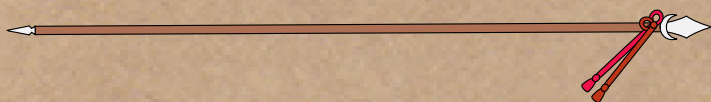
RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 8.715, de 18 de setembro de 1988. Institui a "Semana Farroupilha" no Estado do Rio Grande do Sul. **Diário Oficial do Estado**, Porto Alegre, RS, 19 set. 1988.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 9.405, de 4 de janeiro de 1991. Altera a Lei nº 8.019, de 27 de dezembro de 1985, que institui o "Dia do Gaúcho". **Diário Oficial do Estado**, Porto Alegre, RS, 5 jan. 1991.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 36.180, de 20 de setembro de 1995. Declara o dia 20 de setembro como Data Magna do Estado do Rio Grande do Sul. **Diário Oficial do Estado**, Porto Alegre, RS, 21 set. 1995.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 15.950, de 7 de janeiro de 2023. Atualiza as comemorações da Semana Farroupilha no Estado do Rio Grande do Sul. **Diário Oficial do Estado**, Porto Alegre, RS, 8 jan. 2023.





### 2.2.2 Texto 3

Após desconstruir a narrativa histórica e compreender seu suporte legal é preciso ancorar a prática em uma base teórica sólida que justifique e oriente a mudança. O terceiro texto – "Da Narrativa dos 'Vencedores' à Transformação Social: Quatro Pilares para uma Prática Pedagógica Crítica" – cumpre exatamente essa função. Dialogando com autores como Walter Benjamin, Paulo Freire e Dermeval Saviani, e articulando-os à legislação antirracista – Leis n.ºs 10.639/03 e 11.645/08, bem como as Diretrizes para a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) –, este texto oferece ao formador os fundamentos para transformar a crítica histórica em um projeto político-pedagógico consistente e libertador.

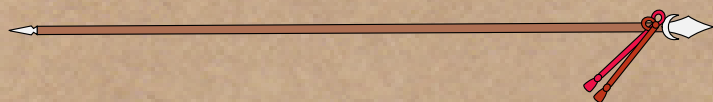
## **DA NARRATIVA DOS "VENCEDORES" À TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: QUATRO PILARES PARA UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA CRÍTICA**

Ismael Feijó

A superação da abordagem folclórica exige uma base teórica sólida. Para embasar a prática pedagógica com consciência crítica, este programa se ancora em quatro pilares fundamentais, como se expõe na sequência.

### **1. Interpretação da História (Walter Benjamin, 1994)**



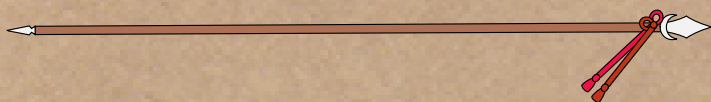


“Escovar” a história a contrapelo. A narrativa histórica hegemônica, frequentemente, atua como um instrumento de dominação, cuja versão dos grupos “vencedores” se sobrepõe e oculta a dos “vencidos”. Contrapondo-se a essa lógica, defendemos a necessidade de reconstruir a história sob a perspectiva dos “vencidos” para ir além da superficialidade e resgatar as vozes que foram silenciadas, como a dos Lanceiros Negros.

## 2. Pedagogia do Oprimido (Paulo Freire, 2013)

Superar a “educação bancária”. Na educação, a crítica de Benjamin (1994) materializa-se quando a escola prioriza a transmissão acrítica de uma narrativa única. Essa prática se aproxima perigosamente do modelo de educação bancária, criticada por Freire (2013), pelo qual se “deposita” nos estudantes uma memória oficial incontestável, dessa forma, inibindo a leitura crítica do mundo. Propomos, em seu lugar, uma prática problematizadora e libertadora, que parte das contradições históricas para estimular a reflexão. Essa prática problematizadora e libertadora torna-se especialmente urgente ao tratarmos de narrativas históricas consolidadas, como a da Guerra dos Farrapos. A “educação bancária” aqui se manifesta na repetição acrítica de mitos heroicos, que silencia as contradições e as vozes oprimidas do conflito – em especial a dos Lanceiros Negros. Ao adotar uma postura freiriana, convidamos professores e estudantes a reconhecerem-se como sujeitos históricos capazes de reescrever, a partir de novas perguntas, a memória coletiva. Não se trata de substituir uma versão por outra, e sim de transformar o ato de conhecer a história em um processo dialógico de desvelamento da realidade (Freire, 2013), no qual a crítica ao passado se torna ferramenta para a reflexão ética no presente.





### 3. Pedagogia Histórico-Crítica (Dermeval Saviani, 2021)

O acesso ao conhecimento científico como instrumento de transformação social. Para superar o modelo bancário é fundamental que o professor compreenda a finalidade política de seu trabalho. Esta pedagogia nos convoca a entender o trabalho docente como um ato político, cuja finalidade é mediar o acesso do aluno ao conhecimento científico acumulado (Saviani, 2021). Esse conhecimento é a ferramenta central para que os discentes possam compreender e, finalmente, transformar a realidade social.

No contexto da Semana Farroupilha, essa mediação do conhecimento científico significa romper com a abordagem folclórica e apresentar aos estudantes as pesquisas históricas que revelam as contradições do conflito, o caráter escravocrata da elite farroupilha e o protagonismo negro silenciado. Ao fazer isso, o professor não está apenas “ensinando história”, mas instrumentalizando os alunos com ferramentas críticas para desnaturalizar narrativas hegemônicas e interrogar os sentidos da memória social (Saviani, 2021). Dessa forma, o conhecimento histórico deixa de ser um conteúdo estático e torna-se uma chave de leitura da realidade, capaz de fomentar a consciência crítica e a ação transformadora em relação ao racismo e às desigualdades que perduram.

### 4. Leis n.º 10.639/03, n.º 11.645/08 e Diretrizes para a EREER/04

O marco legal que exige a descolonização dos currículos e o enfrentamento do racismo. Esta fundamentação teórica encontra respaldo e urgência no ordenamento jurídico. A transformação da prática pedagógica em direção a uma educação antirracista e crítica não é apenas uma necessidade teórica, mas uma exigência legal. Estes marcos, instrumentos de reparação histórica, tornaram obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (Brasil, 2003, 2004, 2008).





Eles demandam diretamente o resgate do protagonismo negro na Guerra dos Farrapos. Ignorar os Lanceiros Negros configura-se, portanto, não somente uma omissão historiográfica, como também inobservância da legislação educacional. Desse modo, a inclusão crítica da história dos Lanceiros Negros e do Massacre de Porongos no ensino da Guerra dos Farrapos deixa de ser uma opção metodológica para tornar-se um imperativo ético e legal.

Todavia cumprir essas leis significa ir além da mera inserção de conteúdos; implica promover uma releitura antirracista do passado, questionando quais narrativas foram oficializadas e quais foram silenciadas, conforme orientam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (Brasil, 2004). Dessa forma, a escola assume seu papel na reparação histórica, nessa perspectiva, tanto informando quanto formando cidadãos capazes de reconhecer as estruturas de exclusão no passado e de combatê-las no presente, em consonância com uma educação verdadeiramente democrática e inclusiva.

Por conseguinte, a tarefa do educador configura-se em: “escovar” a história a contrapelo (Benjamin, 1994); combater a educação bancária (Freire, 2013); e socializar o conhecimento científico acumulado (Saviani, 2021). O objetivo final é que esse conhecimento encontre sentido na vida dos estudantes, visando à sua emancipação e à transformação social, conforme exigido pela legislação educacional antirracista (Brasil, 2003, 2004, 2008).





## REFERÊNCIAS



BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política.** Tradução de Sergio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm). Acesso em: 3 dez. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm). Acesso em: 3 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília, DF: MEC, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** Campinas-SP: Autores Associados, 2021.



### 3 PROPOSTA FORMATIVA PRÁTICA



Fonte: Krenning (2019)





Esta proposta formativa foi concebida como um caminho prático para operacionalizar os fundamentos históricos e teóricos apresentados, visando à transformação da prática pedagógica no que tange à Semana Farroupilha. Organizada em dois encontros sequenciais e complementares, com tempo aproximado de 6 horas, a estrutura foi pensada para um formato presencial, que favorece a troca dialógica, a construção coletiva e a imersão crítica necessárias ao tema. No entanto, com adaptações metodológicas, pode também ser aplicada em ambientes híbridos ou a distância, desde que mantidos os princípios de interação e colaboração entre os participantes.

Parte-se do pressuposto, então, de que a formação docente continuada é um processo fundamental e permanente para a efetiva implementação das Leis n.º 10.639/03 e n.º 11.645/08 e das Diretrizes para a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER). Em tempos reacionários, investir em espaços formativos que fomentem práticas pedagógicas antirracistas configura-se uma micropolítica de resistência (Cirilo; Weschenfelder, 2025), que é capaz de produzir fissuras nas estruturas de poder que sustentam o racismo e de construir novas subjetividades tanto nos professores quanto nos estudantes.

Nesse sentido, este se alinha à perspectiva de que formações eficazes funcionam como laboratórios de experimentação e troca (Cirilo *et al.*, 2025), fortalecendo ações individuais e, principalmente, coletivas. O objetivo é superar a transmissão de conteúdos e propiciar uma vivência que fortaleça redes de apoio e colaboração entre educadores, articulando a produção acadêmica com a Educação Básica. Essa rede é vital para que a crítica à narrativa hegemônica da Guerra dos Farrapos e o resgate do protagonismo negro não se restrinjam a iniciativas isoladas e transformem-se em um movimento pedagógico consistente e sustentável.



Cada encontro possui objetivos específicos, atividades que conjugam reflexão teórica, análise de materiais e planejamento pedagógico colaborativo, sempre com foco na tradução didática dos conceitos para os Anos Iniciais.




### 3.1 1º Encontro: Da Comemoração à Crítica Histórica da Guerra dos Farrapos








#### ACOLHIDA E CONTRATO DE CONVIVÊNCIA

-  Apresentação do programa e objetivos da formação.
-  Estabelecimento de combinados para os encontros.

#### RODADA DE SENSIBILIZAÇÃO: O QUE SABEMOS SOBRE A GUERRA DOS FARRAPOS?

-  Objetivo: promover a reflexão sobre os conhecimentos prévios do grupo, identificando as concepções que orientam sua prática docente e atividades desenvolvidas sobre a temática.

#### Materiais Necessários

-  Papéis cortados em tamanho uniforme
-  Flip chart ou quadro branco para registro
-  Cópias dos textos:
  - Contexto Histórico: a Guerra dos Farrapos para além dos mitos – Texto 1.
  - A Oficialização da Semana Farroupilha: a trajetória legislativa – Texto 2.
  - Da Narrativa dos Vencedores à Transformação Social: quatro pilares para uma prática pedagógica crítica” – Texto 3.
-  Canetas
-  Uma caixa



### **PRIMEIRO MOMENTO: registro anônimo**

Disposição: participantes dispostos em círculo.

- **Instrução:** o formador distribui dois pedaços de papel e uma caneta para cada participante e apresenta as duas perguntas:
  - a) Explique com suas palavras: o que foi a Guerra dos Farrapos?
  - b) Qual a importância de trabalharmos com essa temática nos Anos Iniciais?
- **Registro:** os participantes são orientados a responder a cada pergunta em um papel separado, de forma clara e objetiva, sem se identificar. As respostas são dobradas e colocadas dentro de uma caixa que circula pelo grupo.



## SEGUNDO MOMENTO: leitura e socialização das respostas

A caixa continua circulando. Desta vez, cada participante retira uma resposta aleatória da caixa e lê em voz alta para o grande grupo.

- Registro do Formador: enquanto as respostas são lidas, o formador registra termos, frases ou ideias-chave que emergem, sem filtrar ou categorizar previamente.
- Formação e Análise da Nuvem de Palavras: ao final da leitura, o formador organiza os conceitos em forma de nuvem, destacando, visualmente, os termos mais recorrentes. Em seguida, analisa-se com o grupo:
  - . Que padrões percebemos?
  - . Quais os termos/conceitos que se repetem?
  - . Quais ideias parecem dominantes nas respostas?



Possíveis cenários que podem emergir:

- . Cenário A: predomínio do senso comum ("heróis", "revolução", "tradição").
- . Cenário B: surgimento de respostas críticas ("contradição", "esquecimento dos negros").
- . Cenário C: manifestação de dúvidas ("nunca estudei isso", "só conheço a versão da escola").
- . Cenário D: presença de vários dos elementos supramencionados.

Questão Reflexiva para o Grupo: "O que essa nuvem de palavras revela sobre nossos conhecimentos e representações sobre a Guerra dos Farrapos?"



### TERCEIRO MOMENTO: confronto com a pesquisa histórica

- 
- Transição Dinâmica (adaptada ao que emergiu): o formador utiliza a análise da nuvem para fazer uma transição específica para o cenário que se configurou:
    - Se predominou uma visão tradicional: "percebemos que termos como [exemplos da nuvem] são muito fortes. Vamos investigar: que história está por trás dessas palavras? Que outras narrativas não estão aparecendo aqui?".
    - Se predominaram dúvidas: "muitos colegas expressaram incertezas sobre [temas das dúvidas]. Vamos buscar respostas na pesquisa histórica para preencher essas lacunas".
    - Se já houve críticas: "algumas reflexões importantes surgiram sobre [temas críticos]. Vamos aprofundá-las e fundamentá-las com o que a historiografia nos mostra".
    - Se foi misto: "temos aqui uma diversidade de percepções: [citar exemplos]. Vamos analisar essa complexidade à luz da pesquisa histórica sobre o período".
  - Socialização do Conhecimento Científico:
    - Opção 1 (mais participativa): distribuição do texto "**Contexto Histórico: a Guerra dos Farrapos para além dos mitos**" – **Texto 1**. Um participante lê um parágrafo, outro complementa, criando uma leitura coletiva e dialogada.
    - Opção 2 (mais pontual): o formador faz uma exposição dialogada, resumindo as ideias principais do texto e contrastando-as pontualmente com as respostas da nuvem de palavras. O foco deve estar em:
      - A Guerra como um conflito de elite escravocrata.
      - A participação e o Massacre dos Lanceiros Negros.
      - A invisibilidade desta última história na narrativa oficial.
- 


 ENCERRAMENTO E ENCAMINHAMENTOS**Reflexão sobre a origem do senso comum a respeito da Guerra dos Farrapos**

1. Questão Central: o formador lança a pergunta ao grupo: "Por que existe tanta diferença entre o senso comum que identificamos e a versão da pesquisa histórica que vimos agora?"

2. Contextualização: o formador acolhe as respostas e, em seguida, sintetiza, destacando que:

- A introdução do tema começa nos Anos Iniciais, etapa em que os profissionais, muitas vezes, não tiveram formação específica sobre o período.
- Do 1º ao 5º ano, essa narrativa simplificada é ensinada e reproduzida anualmente, tornando-se um ciclo.
- Essas informações ultrapassam os muros da escola e alimentam o senso comum, que é reforçado pela mídia e pelas instituições culturais.
- Muitas vezes, é na sua própria formação escolar que os docentes ancoram seu conhecimento, assim, mantendo o ciclo de reprodução.


3. Criação da História Oficial: para finalizar, o formador apresenta as leis que oficializam as datas, fornecendo o Texto 2, "A OFICIALIZAÇÃO DA SEMANA FARROUPILHA: A TRAJETÓRIA LEGISLATIVA", para demonstrar como o Estado institucionalizou essa narrativa. O formador pode socializar o conteúdo do texto de forma expositiva dialogada, propor uma leitura individual ou coletiva dialogada.

 Distribuição e Indicação de leitura para ser realizada em casa, pelos participantes, do texto intitulado: Da Narrativa dos "Vencedores" à Transformação Social: Quatro Pilares para uma Prática Pedagógica Crítica (Texto 3).







### 3.2 2º Encontro: Da Teoria à Sala de Aula: Planejando Ações Pedagógicas para uma Nova Narrativa



 **Objetivo:** elaborar coletivamente planejamentos e atividades pedagógicas que incorporem a abordagem crítica sobre a Guerra dos Farrapos e a história dos Lanceiros Negros, alinhadas às Leis n.º 10.639/03 e n.º 11.645/08 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Brasil, 2004).

#### **Materiais Necessários**

-  Formulários para registro do planejamento
-  Cartolinas, pincéis e materiais para registro
-  Computador e projetor para os documentários
-  Cópia do texto ou acesso “O DESAFIO DA TRADUÇÃO PEDAGÓGICA: DA CRÍTICA HISTÓRICA À PRÁTICA NOS ANOS INICIAIS” – Texto 4, ou *Chromebooks/tablets* para acesso virtual do material.





- RETOMADA DIALÓGICA

- Breve roda de conversa sobre impressões da leitura indicada: “Da narrativa dos ‘vencedores’ à transformação social: quatro pilares para uma prática pedagógica crítica” – Texto 3.
- O formador problematiza: "Quais os principais desafios e possibilidades que vocês veem para traduzir essa discussão em sala de aula?".
- O formador reforça que o objetivo da formação é justamente fornecer subsídios para ir além do senso comum, alinhando a prática pedagógica a uma perspectiva histórica crítica e antirracista, conforme exigido pelas Leis n.º 10.639/03 e n.º 11.645/08 e as Diretrizes para a EREER.

**Neste momento o formador pode questionar:** "Alguém pode nos dizer o que tratam essas leis e o significado da EREER?".

- Cenário 1: Se ninguém souber, o formador faz uma breve socialização: a Lei n.º 10.639/03 tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira; e a Lei n.º 11.645/08 ampliou a anterior para incluir também a História e Cultura Indígena. Já a Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) é o conjunto de princípios e orientações que detalham como fazer isso na prática, combatendo o racismo e reparando distorções históricas.
  - Cenário 2: Se alguém souber, o formador aprofunda: "*Excelente! E como essas leis e a EREER atravessam sua sala de aula, considerando que é um tema transversal e deve ser trabalhado durante todo o ano?*".
- FORMAÇÃO DOCENTE: IMERSÃO NOS DOCUMENTÁRIOS

Foco: sensibilização e aprofundamento teórico dos professores.





- Exibição dos documentários para formação docente:
  - "Nação TVE - Massacre de Porongos" (28 minutos) Nação | TVE - Massacre de Porongos - 07/10/2015
  - "RAFUAGI - Manifesto Porongos" (16 minutos) Documentário - "Manifesto Porongos" (RAFUAGI)
  - Tempo Total: 44 minutos
  
- Roda de conversa mediada:
  - Quais os elementos desses documentários podem fundamentar nosso trabalho em sala de aula?
  - Como traduzir a complexidade apresentada nos vídeos em uma linguagem adequada para os Anos Iniciais?
  - Que sentimentos e questionamentos os vídeos despertaram em vocês, enquanto educadores?
  
- REFLEXÃO COLETIVA: NOSSO PAPEL NA CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA NARRATIVA


O formador distribui o seguinte texto, que pode ser projetado ou entregue em cópias, e propõe uma leitura coletiva e reflexão.

TEXTO PARA REFLEXÃO:

### 3.2.1 Texto 4

Por fim, chega o momento em que a teoria precisa encontrar a sala de aula. O quarto texto — "O Desafio da Tradução Pedagógica: da Crítica Histórica à Prática nos Anos Iniciais" — funciona como uma ponte para a oficina prática do segundo encontro. Ele reconhece a complexidade da tarefa e convida o professor dos Anos Iniciais a





assumir seu papel singular de formador. A leitura propõe uma reflexão profunda sobre como transformar a história dos Lanceiros Negros em uma experiência de aprendizagem significativa, acessível e digna para as crianças, sem perder o rigor crítico.

### **O DESAFIO DA TRADUÇÃO PEDAGÓGICA: DA CRÍTICA HISTÓRICA À PRÁTICA NOS ANOS INICIAIS**


Ismael Feijó


A pesquisa histórica apresenta narrativas complexas que desafiam versões consolidadas pelo senso comum. Levar essas descobertas para a sala de aula, especialmente nos Anos Iniciais, é um dos maiores desafios e uma enorme responsabilidade da educação.

No Ensino Fundamental, os professores dos Anos Finais, comumente, observam que seus alunos chegam com uma visão da Guerra dos Farrapos consolidada ao longo de toda a Educação Infantil e Anos Iniciais. Uma visão, geralmente, folclórica e mitológica. O trabalho de desconstruir essa narrativa com adolescentes, que já a naturalizaram, é árduo e encontra resistências. A questão que se coloca para cada professor dos Anos Iniciais é: como interromper esse ciclo?

A resposta pode estar justamente na especificidade profissional do professor dos Anos Iniciais, que privilegia a mediação pedagógica e pode traduzir conceitos complexos em linguagem acessível, significativa e adequada ao desenvolvimento infantil.

Este é um poder singular. O desafio, portanto, não é tornar-se um historiador, mas usar essa habilidade única de "tradução" para construir, desde as primeiras séries, uma base narrativa mais fiel, crítica e digna. Diante disso, algumas perguntas orientam nossa reflexão, como se elenca a seguir.





Como traduzir a história dos Lanceiros Negros e a crítica à narrativa hegemônica em experiências de aprendizagem verdadeiras e significativas para cada faixa etária?

Como tornar a história acessível às crianças sem distorcer os fatos essenciais?

Como substituir heróis de bronze por seres humanos de carne e osso, com seus conflitos, contradições e, no caso dos Lanceiros Negros, sua luta por liberdade?

Essas questões convidam a pensar: que caminhos são possíveis em sua prática docente?

### **Roda de Conversa após a leitura:**

- O formapergunta: "O que esse texto provoca em vocês? Quais ressonâncias e quais resistências?".
- Acolhe as respostas e conduz a discussão para a oficina prática.

### ● OFICINA DE PLANEJAMENTO COLABORATIVO

Divisão em grupos por ano: 1º ano, 2º ano, 3º ano, 4º ano, 5º ano.

- Elaborar uma sequência didática<sup>[3]</sup> para sua série específica que contemple:
  - O contexto da escravidão no RS.
  - A Guerra dos Farrapos.

---

<sup>[3]</sup> Entende-se por sequência didática um roteiro pedagógico articulado, composto por atividades progressivas que se constroem umas sobre as outras, ao longo de um período, visando a um objetivo de aprendizagem claro e profundo. Neste caso, o objetivo é criar um caminho que possibilite aos alunos compreender criticamente a Guerra dos Farrapos.



- A participação dos Lanceiros Negros.
- O Massacre de Porongos (linguagem adequada à faixa etária)  
**Desafio:** contemplar uma ou mais habilidades das Matrizes de Referência do Estado do Rio Grande do Sul do ano vigente.

### ● SOCIALIZAÇÃO E PACTO DE AÇÃO

Apresentação das propostas por grupo, de acordo com os anos escolhidos (do 1º ao 5º ano).

- Mediação para aprimoramentos coletivos.
- Definição de compromissos: "O que vamos implementar em nossas salas de aula?".
- Estabelecimento de canal para troca de experiências.

Esta formação parte do princípio de que os recursos específicos, por faixa etária, serão construídos coletivamente durante a oficina, a partir dos fundamentos apresentados neste programa.

**Resultado esperado:** ao final dos dois encontros, cada professor terá elaborado um planejamento específico para sua turma, contribuindo para a construção de um banco de práticas coletivas.

### **Fechamento**

O percurso formativo proposto por este programa não se encerra com a elaboração dos planejamentos. Pelo contrário, ele se inaugura quando os professores retornam às suas salas de aula e colocam em movimento as sequências didáticas concebidas coletivamente. O verdadeiro produto educacional não é exclusivamente o documento planejado, mas a prática pedagógica transformada que dele emerge.



Espera-se que esta formação sirva como um disparador crítico permanente, fortalecendo nos educadores a confiança teórica e prática para interromper o ciclo de reprodução da narrativa folclórica. Ao resgatar a história dos Lanceiros Negros e problematizar a Guerra dos Farrapos, cada professor assume um papel de agente histórico, cumprindo uma exigência legal, bem como um imperativo ético de reparação.

Convidamos todos os participantes a manter viva a rede de colaboração iniciada nestes encontros, compartilhando experiências, desafios e avanços. Que este programa e as práticas que ele inspira contribuam para uma Educação Básica gaúcha antirracista e crítica, formando cidadãos comprometidos com a construção de uma sociedade verdadeiramente justa.



# REFERÊNCIAS



ASSUMPÇÃO, Jorge Euzébio. **Pelotas: escravidão e charqueadas (1780-1888)**. Joinville-SC: Clube de Autores, 2009.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política**. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

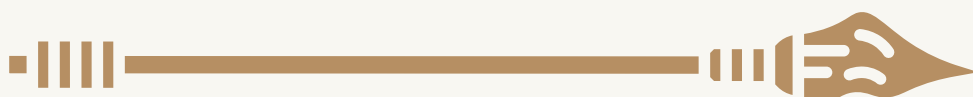
BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm). Acesso em: 03 dez. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm). Acesso em: 03 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF: MEC, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2025.

CIRILO, Maria Aparecida; WESCHENFELDER, Viviane Ines. Formação docente para a equidade racial e a importância da atuação em rede. **Diversidade e Educação**, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 1103-1125, 2025. DOI: 10.63595/de.v13i1.19198. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/19198>. Acesso em: 19 dez. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.



# REFERÊNCIAS



MAESTRI, Mário. O gaúcho negro: o cativo e a fazenda pastoril. In: X CONGRESSO INTERNACIONAL-ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE ESTUDOS AFRICANOS E ASIÁTICOS, 2000. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ALADAA. 2000.

MAESTRI, Mário. **Pampa Negro-Agitações, Insubordinações e Conspirações Servis no Rio Grande do Sul, 1803-1850**. Porto Alegre: Edição & Revisão, 2014.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 36.180, de 20 de setembro de 1995. Declara o dia 20 de setembro como Data Magna do Estado do Rio Grande do Sul. **Diário Oficial do Estado**, Porto Alegre, RS, 21 set. 1995.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 15.950, de 7 de janeiro de 2023. Atualiza as comemorações da Semana Farroupilha no Estado do Rio Grande do Sul. **Diário Oficial do Estado**, Porto Alegre, RS, 8 jan. 2023.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação. **Matrizes de Referência do Estado do Rio Grande do Sul: anos iniciais do ensino fundamental**. Porto Alegre: SEDUC, 2024. Disponível em: <https://educacao.rs.gov.br/upload/arquivos/202402/22144817matrizesde referencia-para-o-ano-letivo-2024-1-1.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2025.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 8.019, de 27 de dezembro de 1985. Institui o "Dia do Gaúcho" e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, Porto Alegre, RS, 28 dez. 1985.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 8.715, de 18 de setembro de 1988. Institui a "Semana Farroupilha" no Estado do Rio Grande do Sul. **Diário Oficial do Estado**, Porto Alegre, RS, 19 set. 1988.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 9.405, de 4 de janeiro de 1991. Altera a Lei nº 8.019, de 27 de dezembro de 1985, que institui o "Dia do Gaúcho". **Diário Oficial do Estado**, Porto Alegre, RS, 5 jan. 1991.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. Campinas-SP: Autores Associados, 2021.

SILVA, Juremir Machado da. **História regional da infância**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2010.



# REFERÊNCIAS



VARELA, Alfredo. **História da Grande Revolução**. Porto Alegre: Globo, 1933-1985. 6vv.

## Vídeos

TVE-RS. Nação | TVE – Massacre de Porongos - 07/10/2015. Porto Alegre: TVE-RS, 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?vEaXk-5lCpE> Acesso em 03. dez. 2025.

RAFUAGI. Manifesto Porongos [documentário]. Porto Alegre: RAFUAGI, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?vPRxrjQ44pA> Acesso em 03. dez. 2025.

## Imagem capa:

BLANES, Juan Manuel. **Lancero de la época de Rivera (Lanceiro Negro)**. [1878]. pintura (óleo sobre tela). Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Lancero de la %C3%A9poca de Rivera.png](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Lancero_de_la_%C3%A9poca_de_Rivera.png). Acesso em: 9 jan. 2026.

## Imagens:

MACHADO, Vasco. Lanceiro negro. [S. l.], [20--?]. 1 original de arte, óleo sobre tela. In: JORNAL JÁ. **A sombra dos Lanceiros Negros**. Porto Alegre, 17 set. 2016. Disponível em: [www.jornalja.com.br](http://www.jornalja.com.br). Acesso em: 9 jan. 2026.

KRENNING, Thiago. **Com o Massacre de Porongos, a promessa de liberdade terminou em traição**. 2019. ilustração. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/09/19/as-infames-facanhas-do-mito-tradicionista-gaucho/>. Acesso em: 15 jan. 2026.

ZORN, Pâmela. **O negro no sul ainda se liberta**. 2025. Pintura. Exposição Lanceiros Negros. Palácio Flores da Cunha, Porto Alegre, 2025 (TCE-RS). Disponível em: <https://tcers.tc.br/noticia-da-escola/exposicao-lanceiros-negros-resgata-protagonismo-negro-e-convida-a-reflexao-no-tce-rs/>. Acesso em: 10 jan. 2026.



# APÊNDICE A – TEXTOS PROPOSTOS PARA A FORMAÇÃO



## Texto 1

### CONTEXTO HISTÓRICO: A GUERRA DOS FARRAPOS PARA ALÉM DOS MITOS

Ismael Feijó

A Guerra dos Farrapos (1835-1845) é entendida, pela historiografia crítica, como um movimento da elite branca, patriarcal, escravocrata e fundiária gaúcha para manter seus privilégios, contestando a alta tributação do charque para aumentar seus lucros (Silva, 2010). Não foi um evento isolado e insere-se no turbulento período das Regências (1831-1840), durante o Segundo Reinado. Com a abdicação de D. Pedro I, seu filho e sucessor, D. Pedro II, não podia assumir o trono, pois era menor de idade, assim, o Brasil passou a ser governado por regentes. Esse foi um momento de fragilidade do poder central e de forte tensão política, marcado por diversas revoltas e conflitos regionais em diferentes províncias, como a Cabanagem (Pará), a Sabinada (Bahia), a Balaiada (Maranhão) e a própria Farroupilha no Rio Grande do Sul.

É preciso, no entanto, diferenciar "revolta" de "revolução". Enquanto uma revolução busca uma transformação profunda e estrutural da sociedade, a Guerra dos Farrapos foi um movimento de protesto contra o governo central, motivado por questões locais específicas — como impostos e autonomia política — e liderado por uma elite regional que, embora contestasse o poder imperial, não tinha um projeto de ruptura do sistema social vigente (Silva, 2010), mantendo, por exemplo, a estrutura escravocrata que sustentava sua economia.

Nesse contexto, a Guerra dos Farrapos caracteriza-se justamente como uma grande revolta da elite gaúcha contra as políticas fiscais do Império, e não como uma revolução popular ou emancipatória. Como mencionado, o movimento manteve intactas as bases sociais e econômicas da região, cuja dependência da escravidão nas charqueadas é amplamente documentada (Assumpção, 2009), assim como sua presença fundamental nas atividades pastoris (Maestri, 2000). Portanto, ao situar o conflito dentre as Revoltas Regenciais, compreende-se melhor seu caráter: foi uma disputa pelo poder dentro da ordem estabelecida, cuja elite farroupilha buscava garantir seus privilégios econômicos (como a menor tributação do charque) e maior autonomia política, sem qualquer intenção de alterar a estrutura social desigual e escravista que a beneficiava (Silva, 2010).



# APÊNDICE A – TEXTOS PROPOSTOS PARA A FORMAÇÃO



A versão simplificada e heroica da história é ensinada, reforçada e reproduzida todos os anos nas escolas. As Matrizes de Referência dos Anos Iniciais do RS orientam o trabalho para lendas, danças e folclore com raras menções à relação do povo negro com a história do estado. A lei da Semana Farroupilha, ao homenagear "heróis farrapos" sem os identificar, abre espaço para que mitos se fortaleçam e sejam tomados como fato histórico. Enquanto os líderes brancos buscavam por privilégios econômicos e políticos, os negros escravizados lutavam pelo direito fundamental à liberdade. Essa distinção crucial é invisibilizada quando a narrativa se resume a feitos heroicos.

Por falta de conhecimento, credibilidade nas lendas ou bairrismo, muitos docentes acabam perpetuando uma narrativa errônea e, em boa parte, contestada pela historiografia mais recente, centrada em grandes líderes e feitos heroicos que mascaram a realidade. Os ditos "heróis" da elite farroupilha hoje dão nomes a ruas, praças e cidades, são imortalizados em monumentos, bustos e estátuas, enquanto os Lanceiros Negros permanecem sem um lugar de destaque na memória oficial.

O Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) e seus Centros de Tradições Gaúchas (CTGs), embora desempenhem papel relevante na preservação de aspectos culturais, participam da construção da memória oficial institucional ao difundir uma narrativa romantizada e descontextualizada da Guerra dos Farrapos, que encontra sua fonte primordial na obra História da Grande Revolução, de Alfredo Varela. Sua abordagem folclórica e celebratória tende a apagar as contradições históricas, como a escravidão e o Massacre de Porongos, consolidando uma memória seletiva que serve mais a propósitos identitários atuais do que à compreensão crítica do passado. Contudo cabe à escola, como destaca Saviani (2021), a incumbência de propiciar o acesso ao conhecimento sistematizado.

O ponto crucial ofuscado por essa narrativa é a participação dos afrodescendentes, sendo que estes compunham a mão de obra escravizada, ou seja, a base da economia do charque, e muitos escravizados foram cooptados para lutar ao lado dos Farrapos com a promessa de liberdade. Esse grupo, conhecido como Lanceiros Negros, teve essa promessa quebrada. No episódio conhecido como Massacre de Porongos, ocorrido em 14 de novembro de 1844, na localidade de Porongos (atual cidade de Pinheiro Machado, RS), os Lanceiros Negros foram entregues desarmados ao Exército Imperial e deixados à própria sorte, resultando em sua morte ou reescravidão – episódio que deve ser analisado no contexto mais amplo das agitações e do controle da população escravizada na província (Maestri, 2014).

Este é o fato histórico que a abordagem folclórica e mitológica, ensinada, reforçada e reproduzida anualmente, insiste em silenciar: a trajetória de homens negros seduzidos pela



# APÊNDICE A – TEXTOS PROPOSTOS PARA A FORMAÇÃO



promessa de liberdade — uma causa profundamente digna — em oposição à luta da elite gaúcha pela manutenção e ampliação de seus privilégios econômicos.

Usados como “bucha de canhão”, os Lanceiros Negros formavam a linha de frente, enfrentando, com lanças, homens com armas de fogo. Enquanto suportavam o grosso do ataque inimigo, a tropa principal da elite gaúcha aguardava o momento que o Exército Imperial, após disparar, precisasse recarregar suas armas para, só então, avançar. Quando o acordo de paz, assinado em 1845, no Tratado de Ponche Verde<sup>1</sup> foi possível, os interesses da elite foram atendidos — a questão dos impostos, reivindicação central, foi resolvida —, mas a promessa de liberdade que sustentara a bravura dos Lanceiros foi simplesmente esquecida e traída no Massacre de Porongos. As bandeiras republicana e abolicionista, eventualmente levantadas durante o conflito, foram abandonadas no acordo, que garantiu anistia e cargos aos líderes farroupilhas, todavia manteve intactas a escravidão e a monarquia, confirmando o caráter conservador e excludente do movimento (Silva, 2010).

Nesse cenário é crucial lembrar que, no período, a escravidão era essencial tanto para os farrapos como para a estrutura do Império brasileiro como um todo. Portanto, romper com esse silêncio não é somente um acerto de contas com o passado; é um compromisso ético com uma educação que, finalmente, reconheça a dignidade e o protagonismo desses homens na história que buscamos contar.

## REFERÊNCIAS

ASSUMPTÃO, Jorge Euzébio. **Pelotas: escravidão e charqueadas (1780-1888)**. Joinville: Clube de Autores, 2009.

DA SILVA, Juremir Machado. **História regional da infâmia: o destino dos negros farrapos e outras iniquidades brasileiras**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2010.

MAESTRI, Mário. O gaúcho negro: o cativo e a fazenda pastoril. In: X CONGRESSO INTERNACIONAL—ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE ESTUDOS AFRICANOS E ASIÁTICOS, 2000. **Anais [...]** Rio de Janeiro: ALADAA, 2000.

MAESTRI, Mário. **Pampa Negro-Agitações, Insubordinações e Conspirações Servis no Rio Grande do Sul, 1803-1850**. Porto Alegre: Edição & Revisão, 2014.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 8.715, de 18 de setembro de 1988. Institui a "Semana Farroupilha" no Estado do Rio Grande do Sul. **Diário Oficial do Estado**, Porto Alegre, 19 set. 1988.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. Campinas: Autores Associados, 2021.

VARELA, Alfredo. **História da Grande Revolução**. Porto Alegre: Globo, 1933-1985. 6vv.

<sup>1</sup> O Tratado de Ponche Verde (1845) — nome que remete às "verdes campinas" da região de Dom Pedrito/RS — encerrou a Guerra dos Farrapos, garantindo privilégios à elite farroupilha, mas descumprindo a promessa de liberdade aos Lanceiros Negros (Da Silva, 2010).



# APÊNDICE A – TEXTOS PROPOSTOS PARA A FORMAÇÃO



## Texto 2

### A OFICIALIZAÇÃO DA SEMANA FARROUPILHA: A TRAJETÓRIA LEGISLATIVA

A construção da memória oficial em torno da Guerra dos Farrapos não foi um processo espontâneo, e sim institucionalizado por um conjunto de leis estaduais que, no decurso de décadas, solidificaram uma versão específica e comemorativa dos eventos. Este arcabouço legal é fundamental para entender o ambiente educacional que a pesquisa identificou. Dessa forma, desde 1985, temos um conjunto de leis que trata do tema, conforme segue:

- Lei n.º 8.019/1985: instituiu o "Dia do Gaúcho", originalmente em 20 de abril, data da primeira Assembleia Provincial Constituinte de 1835. Esta lei já associava a identidade gaúcha ao legado farroupilha (Rio Grande do Sul, 1985).
- Lei n.º 8.715/1988: oficializou a "Semana Farroupilha", estabelecendo as comemorações de 14 a 20 de setembro em homenagem aos "heróis farrapos". Este período engloba datas-chave do conflito, centralizando as celebrações no mês de setembro (Rio Grande do Sul, 1988).
- Lei n.º 9.405/1991: implementou uma mudança significativa ao transferir o "Dia do Gaúcho" para 20 de setembro, data do início da Guerra dos Farrapos. Esta alteração fundiu indissociavelmente a identidade regional com o episódio bélico, reforçando seu caráter fundacional (Rio Grande do Sul, 1991).
- Decreto n.º 36.180/1995: declarou o 20 de setembro como a Data Magna do Estado do Rio Grande do Sul. Esse foi o passo definitivo para a sacralização cívica da data, regulamentando as comemorações oficiais e elevando a narrativa farroupilha a um patamar de incontestabilidade (Rio Grande do Sul, 1995).
- Lei n.º 15.950/2023: atualizou e consolidou toda a legislação anterior, instituindo o Calendário Oficial de Eventos do Estado. Apesar de ser a lei mais recente, manteve a invisibilização do protagonismo negro e a complexidade contraditória do conflito, perpetuando uma visão mitológica (Rio Grande do Sul, 2023).

Esse conjunto legislativo elencado criou um ambiente institucional favorável à abordagem folclórica e acrítica. Ao oficializar uma versão heroica e unidimensional da história,



# APÊNDICE A – TEXTOS PROPOSTOS PARA A FORMAÇÃO



essas normas legais (Rio Grande do Sul, 1985, 1988, 1991, 1995, 2023), além de orientarem as comemorações públicas, também, influenciaram diretamente a cultura escolar e as Matrizes Curriculares, que passaram a enfatizar os aspectos culturais e comemorativos em detrimento de uma análise histórica profunda. O resultado, como demonstrado pela pesquisa, é que a Semana Farroupilha se tornou, na prática pedagógica, uma celebração de símbolos, e não um momento de reflexão crítica sobre a história.

## REFERÊNCIAS

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 8.019, de 27 de dezembro de 1985. Institui o "Dia do Gaúcho" e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, Porto Alegre, RS, 28 dez. 1985.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 8.715, de 18 de setembro de 1988. Institui a "Semana Farroupilha" no Estado do Rio Grande do Sul. **Diário Oficial do Estado**, Porto Alegre, RS, 19 set. 1988.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 9.405, de 4 de janeiro de 1991. Altera a Lei nº 8.019, de 27 de dezembro de 1985, que institui o "Dia do Gaúcho". **Diário Oficial do Estado**, Porto Alegre, RS, 5 jan. 1991.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 36.180, de 20 de setembro de 1995. Declara o dia 20 de setembro como Data Magna do Estado do Rio Grande do Sul. **Diário Oficial do Estado**, Porto Alegre, RS, 21 set. 1995.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 15.950, de 7 de janeiro de 2023. Atualiza as comemorações da Semana Farroupilha no Estado do Rio Grande do Sul. **Diário Oficial do Estado**, Porto Alegre, RS, 8 jan. 2023.



# APÊNDICE A – TEXTOS PROPOSTOS PARA A FORMAÇÃO



## Texto 3

### DA NARRATIVA DOS "VENCEDORES" À TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: QUATRO PILARES PARA UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA CRÍTICA

Ismael Feijó

A superação da abordagem folclórica exige uma base teórica sólida. Para embasar a prática pedagógica com consciência crítica, este programa se ancora em quatro pilares fundamentais, como se expõe na sequência.

#### 1. Interpretação da História (Walter Benjamin, 1994)

“Escovar” a história a contrapelo. A narrativa histórica hegemônica, frequentemente, atua como um instrumento de dominação, cuja versão dos grupos “vencedores” se sobrepõe e oculta a dos “vencidos”. Contrapondo-se a essa lógica, defendemos a necessidade de revisitar o passado de forma crítica para ir além da superficialidade e resgatar as vozes que foram silenciadas, como a dos Lanceiros Negros.

#### 2. Pedagogia do Oprimido (Paulo Freire, 2013)

Superar a “educação bancária”. Na educação, a crítica de Benjamin (1994) materializa-se quando a escola prioriza a transmissão acrítica de uma narrativa única. Essa prática se aproxima perigosamente do modelo de educação bancária, criticada por Freire (2013), pelo qual se “deposita” nos estudantes uma memória oficial incontestável, dessa forma, inibindo a leitura crítica do mundo. Propomos, em seu lugar, uma prática problematizadora e libertadora, que parte das contradições históricas para estimular a reflexão. Essa prática problematizadora e libertadora torna-se especialmente urgente ao tratarmos de narrativas históricas consolidadas, como a da Guerra dos Farrapos. A “educação bancária” aqui se manifesta na repetição acrítica de mitos heroicos, que silencia as contradições e as vozes oprimidas do conflito — em especial a dos Lanceiros Negros. Ao adotar uma postura freiriana, convidamos professores e estudantes a reconhecerem-se como sujeitos históricos capazes de reescrever, a partir de novas perguntas, a memória coletiva. Não se trata de substituir uma versão por outra, e sim de transformar o ato de conhecer a história em um processo dialógico de desvelamento da realidade (Freire, 2013), no qual a crítica ao passado se torna ferramenta para a reflexão ética no presente.

#### 3. Pedagogia Histórico-Crítica (Dermeval Saviani, 2021)



# APÊNDICE A – TEXTOS PROPOSTOS PARA A FORMAÇÃO



O acesso ao conhecimento científico como instrumento de transformação social. Para superar o modelo bancário é fundamental que o professor compreenda a finalidade política de seu trabalho. Esta pedagogia nos convoca a entender o trabalho docente como um ato político, cuja finalidade é mediar o acesso do aluno ao conhecimento científico acumulado (Saviani, 2021). Esse conhecimento é a ferramenta central para que os discentes possam compreender e, finalmente, transformar a realidade social.

No contexto da Semana Farroupilha, essa mediação do conhecimento científico significa romper com a abordagem folclórica e apresentar aos estudantes as pesquisas históricas que revelam as contradições do conflito, o caráter escravocrata da elite farroupilha e o protagonismo negro silenciado. Ao fazer isso, o professor não está apenas “ensinando história”, mas instrumentalizando os alunos com ferramentas críticas para desnaturalizar narrativas hegemônicas e interrogar os sentidos da memória social (Saviani, 2021). Dessa forma, o conhecimento histórico deixa de ser um conteúdo estático e torna-se uma chave de leitura da realidade, capaz de fomentar a consciência crítica e a ação transformadora em relação ao racismo e às desigualdades que perduram.

#### **4. Leis n.º 10.639/03, n.º 11.645/08 e Diretrizes para a EREER/04**

O marco legal que exige a descolonização dos currículos e o enfrentamento do racismo. Esta fundamentação teórica encontra respaldo e urgência no ordenamento jurídico. A transformação da prática pedagógica em direção a uma educação antirracista e crítica não é apenas uma necessidade teórica, mas uma exigência legal. Estes marcos, instrumentos de reparação histórica, tomaram obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (Brasil, 2003, 2004, 2008). Eles demandam diretamente o resgate do protagonismo negro na Guerra dos Farrapos. Ignorar os Lanceiros Negros configura-se, portanto, não somente uma omissão historiográfica, como também inobservância da legislação educacional. Desse modo, a inclusão crítica da história dos Lanceiros Negros e do Massacre de Porongos no ensino da Guerra dos Farrapos deixa de ser uma opção metodológica para tornar-se um imperativo ético e legal.

Todavia cumprir essas leis significa ir além da mera inserção de conteúdos; implica promover uma releitura antirracista do passado, questionando quais narrativas foram oficializadas e quais foram silenciadas, conforme orientam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (Brasil, 2004). Dessa forma, a escola assume seu papel na reparação histórica, nessa perspectiva, tanto informando quanto formando cidadãos



# APÊNDICE A – TEXTOS PROPOSTOS PARA A FORMAÇÃO



capazes de reconhecer as estruturas de exclusão no passado e de combatê-las no presente, em consonância com uma educação verdadeiramente democrática e inclusiva.

Por conseguinte, a tarefa do educador configura-se em: “escovar” a história a contrapelo (Benjamin, 1994); combater a educação bancária (Freire, 2013); e socializar o conhecimento científico acumulado (Saviani, 2021). O objetivo final é que esse conhecimento encontre sentido na vida dos estudantes, visando à sua emancipação e à transformação social, conforme exigido pela legislação educacional antirracista (Brasil, 2003, 2004, 2008).

## REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. *In*: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**: magia e técnica, arte e política. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm). Acesso em: 3 dez. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm). Acesso em: 3 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF: MEC, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. Campinas-SP: Autores Associados, 2021.



# APÊNDICE A – TEXTOS PROPOSTOS PARA A FORMAÇÃO



## Texto 4

### O DESAFIO DA TRADUÇÃO PEDAGÓGICA: DA CRÍTICA HISTÓRICA À PRÁTICA NOS ANOS INICIAIS

Ismael Feijó

A pesquisa histórica apresenta narrativas complexas que desafiam versões consolidadas pelo senso comum. Levar essas descobertas para a sala de aula, especialmente nos Anos Iniciais, é um dos maiores desafios e uma enorme responsabilidade da educação.

No Ensino Fundamental, os professores dos Anos Finais, comumente, observam que seus alunos chegam com uma visão da Guerra dos Farrapos consolidada ao longo de toda a Educação Infantil e Anos Iniciais. Uma visão, geralmente, folclórica e mitológica. O trabalho de desconstruir essa narrativa com adolescentes, que já a naturalizaram, é árduo e encontra resistências. A questão que se coloca para cada professor dos Anos Iniciais é: como interromper esse ciclo?

A resposta pode estar justamente na especificidade profissional do professor dos Anos Iniciais, que privilegia a mediação pedagógica e pode traduzir conceitos complexos em linguagem acessível, significativa e adequada ao desenvolvimento infantil.

Este é um poder singular. O desafio, portanto, não é tomar-se um historiador, mas usar essa habilidade única de "tradução" para construir, desde as primeiras séries, uma base narrativa mais fiel, crítica e digna. Diante disso, algumas perguntas orientam nossa reflexão, como se elenca a seguir.

Como traduzir a história dos Lanceiros Negros e a crítica à narrativa hegemônica em experiências de aprendizagem verdadeiras e significativas para cada faixa etária?

Como tomar a história acessível às crianças sem distorcer os fatos essenciais?

Como substituir heróis de bronze por seres humanos de carne e osso, com seus conflitos, contradições e, no caso dos Lanceiros Negros, sua luta por liberdade?

Essas questões convidam a pensar: que caminhos são possíveis em sua prática docente?



# APÊNDICE B – MATERIAIS DIGITAIS DE APOIO – LEGISLAÇÃO E VÍDEOS

